**DISCUTINDO OS CRITÉRIOS
PARA A DEFINIÇÃO DE SUJEITO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha (UERJ-FFP)

As gramáticas tradicionais brasileiras utilizam-se de três critérios para a definição da função sintática de sujeito: ora o critério semântico; ora o discursivo, ora o sintático. No entanto, fazem-no levando em conta apenas o registro escrito formal, deixando de lado a língua oral. Além disso, costumam ater-se muito mais ao português europeu do que ao português brasileiro.

É proposta deste trabalho discutir esses diversos critérios de definição de sujeito levando em conta as diversas modalidades da língua, escrita ou oral, nos registros formal e informal, e não apenas, como fazem as gramáticas tradicionais/normativas, o registro escrito, formal e típico do português europeu.

O CRITÉRIO SEMÂNTICO

Este critério amplamente utilizado em gramáticas voltadas para o ensino fundamental no passado, mas ainda presente em gramáticas atuais para o mesmo nível diz que “o sujeito é aquele que pratica a ação expressa pelo verbo da oração”, identificando, dessa forma, o sujeito com o papel temático de agente.

A definição acima, apesar de ainda aparecer em alguns compêndios, já está totalmente ultrapassada e seu uso só deve ser atribuído ao fato de ser a de mais fácil apreensão para alunos das primeiras séries do ensino fundamental.

Provar a ineficácia de tal definição é bastante fácil. Basta que citeamos uma sentença na voz passiva para mostrar que o papel semântico de Agente é inadequado. uma vez que, nesta voz, o sujeito nunca é Agente.

No entanto, mesmo em orações ativas, muitas vezes o sujeito não exerce o papel semântico de Agente. Mira Mateus et alii (1989) destacam dez papéis temáticos para os argumentos dos verbos, a sa-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ber: Paciente (Pac), Neutro (N), Origem (Or), Objeto (O), Experienciador (Exp), Recipiente (Rec), Locativo (Loc), Direção (Dir), Agente (Ag), Posicionador (Pos). Desses, seis podem, na voz ativa, exercer a função sintática de sujeito: paciente, experienciador, recipiente, origem, objeto e agente.

Paciente é a semântica do argumento que designa a entidade a quem é atribuída uma propriedade não dinâmica (como nos verbos existenciais: “Fantasmas não existem”), ou que, numa relação não dinâmica, é localizada (em sentido estrito ou alargado) relativamente a outra entidade (como em “Paulo mora em Coimbra”).

Experienciador é a semântica do argumento que designa a entidade que é sede psicológica de uma dada propriedade ou relação. Aparece como sujeito de predicadores estativos relacionais experienciais como em “O João sabe Mandarim” ou de predicadores processuais experienciais como em “O João ouviu a mensagem”.

Recipiente é a semântica do argumento que designa a entidade para a qual algo foi transferido, em sentido literal ou alargado. Aparece, na função sintática de sujeito, com predicadores estativos relacionais transferenciais, como em “O João tem um barco”.

Origem é a semântica do argumento que designa a entidade não controladora que é a origem da propriedade ou relação dinâmica expressa por um predicador processual ou de evento. O sujeito pode ser origem com predicadores processuais de atividade física, como em “O bebê chorou a noite toda”, ou de movimento, como em “O carro corria a mais de 150 km/h”. Também pode ser sujeito de predicadores de evento causativos que expressem mudança de estado (“A tempestade destruiu as colheitas”), de mudança de lugar (“O vento deslocou os blocos para o meio da rua”) e transferenciais (“A empresa comprou um novo imóvel”). Pode ocorrer, também, como sujeito de predicadores de evento não causativos indicadores de movimento (“O Pedro chegou tarde ao emprego”).

Objeto é a semântica do argumento que designa a entidade afetada por (ou resultante de) uma propriedade ou relação dinâmica expressa por um predicador processual ou de evento. O sujeito com a semântica de objeto pode ser encontrado com verbos processuais de

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

movimento (“O carro rolou pela ribanceira abaixo”) ou verbos de evento não causativos transicionais (“A vítima do assalto faleceu”).

Agente é a semântica do argumento que designa a entidade controladora de um estado de coisas indicado por um predicador dinâmico. O sujeito agente só pode aparecer com predicadores que indicam evento, isto é, que são uma dada concretização de um *tornar-se*. Além disso, os predicadores de evento têm um caráter não durativo, o que os diferencia dos predicadores de processos, de caráter durativo. O sujeito agente pode, então, aparecer com verbos de evento causativos com semântica de mudança de estado (“O homem destruiu o telhado da casa”), transferenciais (“O João deu o quadro ao filho”) ou de mudança de lugar (“A Susana arrumou os livros na estante”). Além disso, o sujeito agente pode aparecer com verbos de evento não causativos com a semântica de atividade mental (“O aluno concluiu que a hipótese estava mal formulada”) e transferenciais, que são verbos de comunicação lingüística e exprimem a troca do conteúdo proposicional de um dado ato ilocutório, como em “O professor pediu aos alunos que não fumassem”).

Diante do que foi exposto, fica difícil aceitar a definição de sujeito como agente do que é expresso pelo verbo. O sujeito só pode ser agente com verbos que exprimam eventos, mas não com verbos que expressem processos ou com verbos estativos. E, mesmo com verbos que exprimam evento, não são todas as subclasses, que admitem um sujeito agente. Além disso, mesmo com aqueles predicadores de evento em que é possível o sujeito agente há, também, no caso dos causativos, a possibilidade de um sujeito com o papel semântico de Origem. Os únicos predicadores em que o sujeito é obrigatoriamente agente são os de evento não causativos transferenciais e de atividade mental.

O CRITÉRIO DISCURSIVO

Segundo Rocha Lima, sujeito é “o ser de quem se diz algo”. Cunha & Cintra apontam que o sujeito é “o ser sobre o qual se faz uma declaração”. Bechara, em *Lições de português pela análise sintática*, define sujeito como “o termo da oração que indica o tópico da comunicação representado por pessoa ou coisa de que afirmamos ou

DEPARTAMENTO DE LETRAS

negamos uma ação ou uma qualidade”. Além disso, o último autor, na mesma obra, define predicado como “o comentário da comunicação, é tudo o que se diz na oração, ordinariamente o que se diz do sujeito”.

O que se pode observar facilmente é o seguinte: Rocha Lima e Cunha & Cintra, de forma implícita, igualam o sujeito ao tópico da oração, enquanto que Bechara faz essa analogia de forma explícita.

No entanto, a estrutura tópico/comentário não pode ser confundida com a de sujeito/predicado. Em seu trabalho *O tópico no português do Brasil*, Eunice Pontes faz um estudo profundo a respeito da estrutura tópico/comentário a partir da observação de ocorrência dessa estrutura na fala de alunos e professores da Faculdade de Letras da UFMG. Segundo a autora, os informantes, salvo exceções, são pessoas de nível universitário, moradores em Belo Horizonte, na faixa dos 25 aos 50 anos. A autora procurou surpreender a fala informal, usada em casa ou nas conversas diárias com os colegas e alunos da Faculdade, além de usar dados de gravações de conversas informais, às vezes narrativas, colhidas por seus alunos do Mestrado de Letras ou por colegas que participavam do grupo de pesquisa do português contemporâneo coordenado pela autora.

O principal questionamento feito por Pontes diz respeito à pertinência do português ao grupo de línguas em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como a de sujeito-predicado, como normalmente se pensa. Para Pontes, o português se enquadra em outro grupo: o das línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que há duas construções diferentes.

O que caracteriza o tópico é que ele estabelece um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir; daí sua posição inicial na oração.

A autora também estabelece algumas diferenças importantes entre sujeito e tópico:

– o tópico é sempre definido enquanto o sujeito pode ser indefinido. Isso se dá porque o tópico representa algo que já foi mencionado no discurso ou que está presente no contexto situacional;

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

– o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo; o sujeito, sim. Conseqüentemente, o verbo determina o sujeito mas não o tópico. Se o verbo ocorre com um agente, o agente se tornará o sujeito; se o verbo for causativo, o causador será o sujeito. Já o tópico não tem nada a ver com o verbo. Sua seleção é independente do verbo.

– o papel funcional do tópico é ser o “centro de atenção”, anunciar o tema do discurso. Já o sujeito nem sempre tem este papel.

– quanto à concordância verbal, é muito comum o sujeito entrar em relação de concordância com o verbo, mas a concordância do tópico com o verbo é rara.

Segundo Pontes, a relação tópico e comentário pode muitas vezes ser explicada como o deslocamento para a esquerda de uma função sintática da oração como em “Meu cabelo desta vez eu não gostei nenhum pouco, em que o tópico (meu cabelo) é um objeto indireto deslocado para o início da oração sem a preposição. Aliás, a autora observa que o tópico aparece sempre despreposicionado.

Mas várias funções sintáticas podem ser topicalizadas, tais como:

Objeto direto: A Belina o Hélio levou para a oficina.

Adjunto adnominal: Esse negócio o prazo acaba.

Complemento nominal: Isso aí eu tenho dúvida.

Adjunto circunstancial: Qualquer elemento você pode fazer isso (com ...)

Sujeito: Essa competência ela é de natureza mental.

No entanto, Pontes assinala que nem sempre essa relação pode ser explicada como um deslocamento para a esquerda. Muitas vezes, a relação tópico/comentário é meramente semântica como em: *As cadeiras optativas, cê precisa ter um conhecimento bom primeiro.* Segundo ela, a frase foi dita não com o sentido de que era necessário ter um bom conhecimento das cadeiras optativas, mas sim que era necessário ter um bom conhecimento antes de cursar as cadeiras optativas.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Diante de tudo o que foi exposto, é fácil chegar a uma conclusão de que não podemos confundir sujeito com tópico nem predicado com comentário. O elemento na oração de quem falamos algo é seu tópico (função discursiva), não necessariamente o sujeito, e o que falamos desse tópico é o comentário, não necessariamente o predicado.

A principal crítica que poderia ser feita aos problemas levantados quanto ao uso do critério discursivo na definição de sujeito seria a de que a estrutura tópico-comentário é típica da oralidade e da informalidade. Pontes, no entanto, rechaça essa afirmação, mostrando que tal estrutura é extremamente comum na linguagem escrita, dando exemplo de seu aparecimento inclusive em textos escritos altamente formais como o caso de textos do padre Antônio Vieira.

CRITÉRIO SINTÁTICO

O critério que vem prevalecendo nas gramáticas mais recentes é o sintático pelo qual se aponta uma relação de concordância entre o sujeito e o verbo (Perini, Manoel P. Ribeiro, etc.).

Este critério traduz bem a gramática internalizada de um falante escolarizado principalmente com relação à língua escrita formal, mas não pode ser considerado como isento de problemas, principalmente se formos levar em conta a língua oral informal. É preciso reconhecer que, na língua oral, há certas construções de tópico em que a concordância se dá com o SN tópico e não com o SN sujeito, conforme apontado por Pontes (1987).

Tais construções têm a forma SN-tópico + SV + SN-sujeito como nos casos de *O jasmim amarelou as pontas* e *Meu carro cabe 60 litros de gasolina*, em que os SNs sujeito são, respectivamente, *as pontas* e *60 litros de gasolina*.

Pontes argumenta que o que se pretende com essas construções é chamar atenção para o elemento tópico. No caso da segunda sentença, o falante quis chamar a atenção para o carro, enfatizando a qualidade de ter um tanque de gasolina em que cabem 60 litros. A autora alega, ainda, que as construções sujeito-predicado soam muito mais neutras. (*Cabem 60 litros de gasolina no meu carro*). Pontes alerta, ainda, que, no português contemporâneo, a concordância está

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

desaparecendo na oralidade, e um dos casos em que a ausência de concordância é mais notada é quando o sujeito é posposto.

Temos dúvida com relação ao desaparecimento da concordância no português contemporâneo, até porque a autora não nos traz dados a respeito dessa afirmação. É possível que, na língua oral informal, a concordância seja muito menos observada; porém, é preciso ser mais cuidadoso nessas afirmações, levando em conta, também, o registro formal da língua oral, e, neste caso, acreditamos que a regra seja fazer-se a concordância. Além disso, em que condições a concordância estaria desaparecendo? Acreditamos ser quando o sujeito vem posposto ao verbo. O problema da não concordância do verbo com o sujeito posposto pode ser explicado pelo fato de que o elemento que determina a pessoa e número (o SN sujeito) não ter sido explicitado antes que o verbo o fosse. Daí, principalmente na língua oral, é comum que o verbo fique no singular, mesmo que o sujeito posposto vá para o plural. Acreditamos que esta questão esteja mais restrita à língua oral do que à língua escrita e mais ao registro informal do que ao formal. Não acreditamos que a concordância do sujeito com o verbo esteja desaparecendo quando a ordem é sujeito-verbo.

Nos exemplos citados acima (*O jasmim amarelou as pontas e Meu carro cabe 60 litros de gasolina*), há um SN anteposto ao verbo que acaba por comandar a concordância, ainda que este SN não exerça a função de sujeito, assim como o SN posposto – o verdadeiro sujeito – não seja o objeto direto verbal. Mas é porque se trata de um SN e tem, portanto, uma estrutura de sujeito e se encontra na posição do sujeito, é que ele é interpretado como sujeito pelo falante, mesmo sem o ser.

Achamos útil, entretanto, falar sobre as diferenças apontadas por Pontes entre sujeito e tópico:

– é muito comum nas línguas o sujeito entrar em relação de concordância com o verbo, mas concordância do tópico com o verbo é rara. Podemos citar com exceções as estruturas acima (SN tópico-SV-SN sujeito), em que o falante interpreta o primeiro SN como sujeito e faz a concordância do verbo com ele. Há, também, os casos em que o sujeito é co-referente com o tópico – *Minha mãe, ela nunca*

DEPARTAMENTO DE LETRAS

reclama de nada – em que o verbo concorda tanto com o sujeito como com o tópico porque ambos referem-se ao mesmo ser.

– o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo, o sujeito sim. Tal fato só não se verifica, também, nas orações em que o tópico é idêntico ao sujeito. Segundo LI e Thompson (apud Pontes, 1987), pode-se prever com que sujeito um determinado verbo vai ocorrer. Se um verbo ocorre com um agente bem como com outros SNs, o agente se tornará o sujeito, a menos que se recorra à passiva; se o verbo for intransitivo, ou o paciente ou o ator serão o sujeito; se o verbo for causativo, o causador será o sujeito. Já o tópico não tem nada a ver com o verbo; sua seleção é independente do verbo, uma vez que, em sua maioria, o tópico é independente do verbo e do sujeito.

A NATUREZA DO SUJEITO

A primeira pergunta que se pode fazer é qual é a natureza do elemento chamado sujeito: semântica, sintática ou discursiva?

Não é muito difícil responder que é sintática. A freqüente relação de concordância entre sujeito e verbo com o sujeito determinando número e pessoa verbais é suficientemente clara, relação que só é perturbada nos seguintes casos:

– nas posposições do sujeito em relação ao verbo na língua oral, principalmente a informal, pois o elemento determinante posiciona-se depois do determinado, razão pela qual este, não encontrando o determinante, freqüentemente assume forma de 3ª pessoa do singular que, como diz Bechara, é a não-pessoa, o não falante e o não ouvinte;

– mesmo nas anteposições do sujeito em relação ao verbo, na língua oral, em caso em que o sujeito vem separado do verbo por um conjunto significativamente grande de elementos. Nestes casos, a limitação de memória pode perturbar a concordância.

– nas situações SN tópico-SV-SN sujeito, vistas acima, em que o falante, principalmente na língua oral informal, interpreta o SN tópico, anteposto ao verbo, como sujeito e faz a concordância do verbo com o SN tópico e não com o SN sujeito, posposto ao verbo.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Todos os casos devem-se, principalmente, às condições de produção da língua oral informal, bem diferentes da escrita formal. Nesta, há tempo e condições de revisão do texto, naquela, o imediatismo, o planejamento do discurso concomitante ao ato de produção dele fazem com que tais “problemas” ocorram.

O sujeito é, também, uma função semântica, não no sentido apregoado pelas gramáticas que o definem como agente da ação expressa pelo verbo, pois o papel de agente não é o único que o sujeito pode ter, ainda que possa ser o mais comum. Mas é função semântica porque seu papel semântico é determinado pela semântica do verbo. Neste caso, há um comportamento entre sujeito e verbo oposto ao da concordância. Na concordância, o sujeito funciona como elemento determinante (da forma verbal) e o verbo como elemento determinado; na semântica, o verbo entra como elemento determinante (sua semântica limita os papéis semânticos que podem ser exercidos pelo sujeito).

CONCLUSÕES

Tudo o que foi dito acima nos permite afirmar que não há um critério totalmente satisfatório e universal para a definição de sujeito. No entanto, os critérios semântico (como proposto por vários manuais de ensino atribuindo ao sujeito o papel semântico exclusivo de agente) e discursivo deixam margem a críticas significativas.

Já o critério sintático pode ser considerado satisfatório no tocante à língua escrita, principalmente a formal. No entanto, quando se examinam os dados da língua oral, principalmente a informal, podemos notar que é freqüente a não concordância do verbo com o elemento sujeito.

A noção de que o papel semântico do sujeito é limitado pela semântica do verbo também é de fundamental importância, como já foi apontado acima.

A evidência de que devemos levar em conta todas essas reflexões só nos mostra uma coisa: a de que a função sintática denominada pelas gramáticas como sujeito é mais complexa do que parece. Talvez seja essa complexidade que venha levando os compêndios

DEPARTAMENTO DE LETRAS

gramaticais a usarem diferentes e conflitantes definições para o sujeito em português.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Unicamp, 2001.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2000.

PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.